



GESTÃO DE BENS COMUNS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL BRAGANÇA – ZAMORA 29 JUNHO A 02 JULHO 2011

17.º CONGRESSO DA APDR
5.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza
Congresso Internacional da APDR/ AECR

ORGANIZAÇÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Escola Superior Agrária de Bragança
Campus de Santa Apolónia - Apartado 1172
5301-855 Bragança
<http://esa.ipb.pt/>

FUNDACIÓN REI AFONSO HENRIQUES

Avda. Nazareno de San Frontis, s/n
49027 Zamora (Espanha)
<http://www.frah.es/>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (APDR)

Universidade dos Açores
Rua Capitão João D'Ávila
9700-042 Angra do Heroísmo
Terceira, Açores, Portugal
www.apdr.pt

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CIENCIA REGIONAL (AECR)

C/ Viladomat, 321 entresuelo
08029 Barcelona
www.aecr.org

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Pardo Fanjul (AECR/ Universidad de León)
Angel Prieto Guijarro (AECR/ CSIC Salamanca)
Ángeles Marín Rivero (AECR/Univ. de León)
António Fernandes (Inst.Politéc.de Bragança)
Antonio Maya Frades (AECR/ Univ.de León)
Elisabete Martins (APDR)
João Azevedo (Inst. Politéc.de Bragança)
Jose Jorge Nogales García (AECR/ Univ. de Valladolid)
José Manuel Díez Modino (AECR/ Univ. de León)
Juan Carlos Gamazo Chillón (AECR/ Junta de Castilla y León)
Natividad Gonzaler (Fundación Rei Afonso Henriques - Zamora)
Orlando Rodrigues (Inst. Politéc. de Bragança)
Sílvia Nobre (Instituto Politéc. de Bragança)
Tomaz Ponce Dentinho (APDR/Universidade dos Açores)

COMISSÃO CIENTÍFICA

A. Idrissa Embalo (Univ. Amílcar Cabral); Adolfo Rodero Franganillo (AECR/ ETEA Córdoba); Adriano Pimpão (Univ. do Algarve); Alfredo Marvão Pereira (College of William and Mary in Williamsburg); Ana Lúcio Sargento (Inst. Polit. de Leiria); Ángel Prieto Guijarro (AECR/ CSIC Salamanca); Ángeles Marín Rivero (AECR/ Univ. de León); António Almeida (Univ. da Madeira); Cássio Rolim (Univ. Federal do Paraná); Conceição Rego (Univ. de Évora); Eduardo Castro (Univ. de Aveiro); Eduardo Haddad (ABER/ Univ. de S. Paulo); Emilia Pepeka (Inst. Sup. de Ciências da Educ. do Huambo); Francisco Carballo-Cruz (Univ. do Minho); João Azevedo (Inst. Polit. de Bragança); Jorge Sousa Brito (Univ. Jean Piaget de Cabo Verde); José Pedro Pontes (Univ. Técnica de Lisboa); José Silva Costa (Univ. do Porto); Juan Cuadrado Roura (AECR/ Univ. de Alcalá); Livia Madureira (APDEA/ Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro); Luis Fonseca (Univ. do Algarve); Luis Moreno (SPER/ Univ. de Lisboa); Luis Quinta Nova (Inst. Polit. de Castelo Branco); Mário Fortuna (Univ. dos Açores); Miguel Marquez (AECR/Univ. da Extremadura); Miranda Miguel (Inst. Sup. De Ciências da Educ. do Huambo); Nuno Martins (Univ. Católica Portuguesa); Orlando Rodrigues (Inst. Polit. de Bragança); Paulo A. L. D. Nunes (Cà Foscarì Univ. of Venice); Paulo Carvalho

Tomás (SPER/ Univ. de Coimbra); Paulo Guimarães (Univ. of South Carolina); Pedro Ramos (Univ. de Coimbra); Rita Anastácio (Inst. Polit. de Tomar); Rosalina Gabriel (Univ. dos Açores); Rui Baptista (Inst. Sup. Técnico); Teresa Vaz de Noronha (Univ. do Algarve); Tomaz Ponce dentinho (Univ. dos Açores); Xavier Vence (AECR/ Univ. de Santiago de Compostela).



asociacion
española
de ciencia
regional

asociacion
castellano - leonesa
de ciencia
regional



universidad
de león



Fundação
Rei Afonso Henriques



16:00 – 17:40 | SALA A
FRAH - ZAMORA

EVIDENCIA DEL IMPACTO DE LA INNOVACIÓN EN EL DESEMPEÑO EMPRESARIAL EN EXTREMADURA

Alicia Guerra (aguerra@unex.es)
Universidad de Extremadura

Partiendo de unas definiciones amplias de Innovación (I) y de Desempeño (D), en el presente trabajo hemos pretendido contrastar la existencia de vinculación entre I y D en las empresas de la comunidad autónoma extremeña al tiempo que, como objetivo secundario, determinar los indicadores que miden ambas variables con robustez en dicha comunidad autónoma. A partir de una muestra de 777 empresas extremeñas, encuestadas en 2010 en términos de las percepciones de sus directivos principales, hemos aplicado una metodología de ecuaciones estructurales en su versión de modelos basados en covarianzas implementado con el programa EQS. Los más destacados resultados confirman la existencia de una relación causal de la I y el D, y en esta dirección, al tiempo que identifican los indicadores significativos que miden ambas variables en Extremadura. Así, por parte de la I, se aceptan estadísticamente los indicadores de I de corte más tradicional, no así los relacionados con innovaciones organizativas, de proceso y de gestión. Idénticos resultados se obtienen en relación con el D: se aprecian como medidas de esta variable los indicadores estrictamente financieros, eliminándose los de naturaleza intangible y a largo plazo. Se impone así la necesidad de aplicar en esta comunidad una política de concienciación del empresariado orientada a la puesta en valor de los intangibles empresariales, modelo que caracteriza la gestión empresarial del s. XXI.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PRESIDENTE: Ana Pardo

LA METODOLOGÍA INPUT OUTPUT COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISIS DE LA POLÍTICA REGIONAL

Ángeles Marín (amarr@unileon.es)
Ana Pardo (ana.pardo@unileon.es)
Universidad de León

La metodología Input-Output resulta ser un instrumento especialmente útil para analizar los impactos que sobre una economía regional tienen distintos tipos de intervenciones. Por un lado, permite trabajar con datos a nivel sectorial, lo que hace que podamos realizar una mejor interpretación de la realidad. Por otro, dada la posibilidad de desagregación por niveles territoriales, nos permite despejar la duda de si las ayudas producen sus efectos en el interior de la región o en qué medida éstos se difunden a través de las relaciones interregionales e internacionales hacia otros territorios. No obstante, somos conscientes de que es un instrumento que también presenta dificultades metodológicas de aplicación. En el presente trabajo se aporta una reflexión sobre las cuestiones metodológicas citadas y una aplicación al estudio del impacto de la Política Regional Europea a través de los Fondos Estructurales.

A ARTICULAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E HOSPITAIS E O SEU IMPACTO A NÍVEL REGIONAL.

Ana Torres (m2@alunos.ipca.pt)
Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Ana Paula Monte (apmonte@ipb.pt)
Universidade da Beira Interior

Neste trabalho examina-se a relevância da articulação entre os Cuidados de Saúde Primários e os Hospitais (que designaremos por CSP+H) para a estratégia de aumentar os ganhos em saúde com racionalização de recursos financeiros, tendo em conta que as unidades de saúde visam a eficiência dos serviços e a satisfação dos utentes, com redução dos custos. Pretende-se pois contribuir para o desenho de uma estratégia sustentada que promova respostas adequadas, nomeadamente no que diz respeito à continuidade desta interface ao nível da sua sustentabilidade. Ao falarmos da interface e da continuidade de cuidados entre instituições, nomeadamente entre CSP+H, não nos podemos distanciar do grande objetivo desta articulação: os ganhos em saúde para todos os cidadãos que obtêm uma correcta e eficaz continuidade dos cuidados que necessitam. Na análise económica – financeira da interface e continuidade de cuidados entre CSP+H (considerados como dois agentes principais) deve ter-se em consideração o conjunto de actividades desenvolvidas e avaliar como se relacionam entre si. Pretende-se também questionar em que medida as recentes alterações no ordenamento e organização do SNS poderá estar a contribuir para aumentar as assimetrias regionais e se estas mudanças contribuem (ou não) para aumentar a eficiência e eficácia (com menor consumo de meios e maiores ganhos em saúde) para os utentes.

O IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS REGIONAIS NA TAXA DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS: ESTUDO APLICADO ÀS REGIÕES PORTUGUESAS DO INTERIOR

António Fernandes (antoniof@ipb.pt)
Anabela Dinis (adinis@ubi.pt)
Ana Maria Ussmane (aussman@ubi.pt)
Instituto Politécnico de Bragança/
Universidade da Beira Interior

O empreendedorismo é frequentemente apontado como uma estratégia viável para o desenvolvimento das regiões. Por isso, a sua promoção tem sido uma preocupação central de governos nacionais e regionais. Para este fim, os governos dispõem de vários instrumentos, dos quais destacamos os benefícios fiscais. Estes são considerados por muitos autores como importantes instrumentos para a atracção de investimento, particularmente em regiões economicamente menos desenvolvidas. Todavia existem autores que contestam a eficácia destas medidas, alegando que este tipo de benefícios aumenta os desperdícios e as ineficiências. Assim, pretende-se com o presente trabalho analisar o impacto dos incentivos fiscais na taxa de empreendedorismo das regiões mais desfavorecidas. Para tal, após uma revisão da literatura sobre a temática, procede-se a um estudo empírico com base em dados secundários do INE, nomeadamente, imposto sobre o rendimento, resultados líquidos, nascimentos, mortes e número de empresas. Comparamos estas variáveis entre dois grupos: regiões urbanas com tributação normal vs regiões de interior com benefícios fiscais à interioridade, para o período de 2004 a 2007. Contrariamente ao esperado, os resultados não evidenciam efeitos positivos na taxa de empreendedorismo e reflectem uma maior carga fiscal agregada para as empresas do interior, pelo que se questiona a eficácia de tais medidas, pelo menos a médio-curto prazo, e se propõe a adopção de outras, alternativas ou complementares.

EUROPA Y EL MARCO DE DESARROLLO REGIONAL DE LAS RUPS

Carmen Wehbe (cwebhe@ull.es)
Serafin Corral (scorral@ull.es)
Universidad de La Laguna

En este artículo se analiza la situación actual, evolución y perspectivas de las RUPs de la Unión Europea, los cambios en el escenario internacional y en la propia Unión Europea, unidos a la situación en la que se encuentran estos territorios, obligan a un replanteamiento de los esquemas vigentes de actuación comunitaria para estas regiones. La ultraperiferia europea es hoy una realidad asumida y reconocida en los Tratados que recogen el hecho diferencial de un conjunto de enclaves separados del resto de territorios de la Unión. Estos espacios representan una condición de frontera del bloque europeo que se plantea como un valor añadido en la configuración de la dimensión exterior de la Unión Europea. Al mismo tiempo, la ultraperiferia se manifiesta como una dimensión de geometría variable, cada vez más heterogénea, donde el análisis de la cohesión económica social y territorial adquiere especial relevancia.